



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

## **EXPEDIENTE**

# **70ª REUNIÃO DELIBERATIVA 17 DE DEZEMBRO DE 2025**



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

## EXPEDIENTE

### Reunião Deliberativa Extraordinária – 17.12.2025

Foram solicitadas escusas para as seguintes reuniões:

**Rafael Brito**

[Solicitação de escusa na Reunião Deliberativa Extraordinária \(semipresencial\) do Quarta-feira, dia 05/11/2025](#)

[Solicitação de escusa na Audiência Pública Extraordinária \(semipresencial\) do Quarta-feira, dia 12/11/2025](#)

[Solicitação de escusa na Audiência Pública Extraordinária \(semipresencial\) do Terça-feira, dia 25/11/2025](#)

[Solicitação de escusa na Audiência Pública Extraordinária \(semipresencial\) do Terça-feira, dia 02/12/2025](#)

[Solicitação de escusa na Audiência Pública Extraordinária \(semipresencial\) do Terça-feira, dia 02/12/2025](#)

[Solicitação de escusa na Audiência Pública Extraordinária \(semipresencial\) do Terça-feira, dia 09/12/2025](#)

**Pastor Gil**

[Solicitação de escusa na Audiência Pública Extraordinária \(semipresencial\) do Terça-feira, dia 02/12/2025](#)



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

[Solicitação de escusa na Audiência Pública Extraordinária \(semipresencial\) do Terça-feira, dia 02/12/2025](#)

[Solicitação de escusa na Reunião Deliberativa Extraordinária \(semipresencial\) do Quarta-feira, dia 03/12/2025](#)

[Solicitação de escusa na Audiência Pública Extraordinária \(semipresencial\) do Terça-feira, dia 09/12/2025](#)

**Professora Luciene Cavalcante**

[Solicitação de escusa na Audiência Pública Extraordinária \(semipresencial\) do Terça-feira, dia 25/11/2025](#)

[Solicitação de escusa na Audiência Pública Extraordinária \(semipresencial\) do Terça-feira, dia 02/12/2025](#)

[Solicitação de escusa na Audiência Pública Extraordinária \(semipresencial\) do Terça-feira, dia 02/12/2025](#)

**Capitão Alden**

[Solicitação de escusa na Audiência Pública Extraordinária \(semipresencial\) do Terça-feira, dia 02/12/2025](#)

[Solicitação de escusa na Audiência Pública Extraordinária \(semipresencial\) do Terça-feira, dia 02/12/2025](#)



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**Duda Ramos**

[Solicitação de escusa na Audiência Pública Extraordinária \(semipresencial\) do Terça-feira, dia 09/12/2025](#)

**Dr. Victor Linhalis**

[Solicitação de escusa na Audiência Pública Conjunta das Comissões CE e PL233823 \(semipresencial\) do Terça-feira, dia 14/10/2025](#)

**Maurício Carvalho**

[Solicitação de escusa na Audiência Pública Extraordinária \(semipresencial\) do Terça-feira, dia 02/12/2025](#)





CÂMARA  
MUNICIPAL DE  
GUARULHOS

Secretaria-Geral da Mesa SERN 24/Nov/2025 10:37  
Ponto: 4553  
HSS.:  
Origem: M. A.

Guarulhos, 04 de novembro de 2025.

Ofício Legislativo Nº 53/2025/CAL

Exmo. Senhor,

Vimos, através do presente, informar que na 63ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Guarulhos, realizada no dia 29 de outubro de 2025, o Plenário desta Edilidade aprovou a Moção Nº 59/2025, de autoria do nobre Vereador Welliton Bezerra, cuja propositura segue anexa.

Solicitamos os valiosos préstimos a fim de encaminhar a presente propositura à **Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência**.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para externar nossos protestos de estima e consideração.

LEONARDO MATHEUS PAES LAGO  
Gestor Legislativo

Ao  
Excelentíssimo Senhor  
**HUGO MOTTA WANDERLEY DA NÓBREGA**  
Presidente da Câmara dos Deputados

Av. Guarulhos, 845 – Vila Vicentina - Guarulhos/SP – CEP: 07023-000 – PABX 11 2475-0200

[www.guarulhos.sp.leg.br](http://www.guarulhos.sp.leg.br)



Assinado digitalmente. A autenticidade pode ser validada no site da Câmara, usando o código RYA5P-M56KR-9EZLK-K6BVH-JGR1E.



## **Moção Nº 59/2025**

**Excelentíssimo Senhor Presidente,**

**REQUEIRO**, após ouvido e aprovado pelo Douto Plenário, a inserção, na Ata dos trabalhos legislativos da Sessão Ordinária, desta **MOÇÃO DE REPÚDIO AO DECRETO Nº12.686/2025**.

Apresento nesta Casa Legislativa, **MOÇÃO DE REPÚDIO ao Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**, que institui a denominada Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e cria a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, por entender que o referido decreto, embora traga a intenção declarada de promover a inclusão, representa grave retrocesso nas garantias e práticas consolidadas de atendimento às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

### **Considerando que:**

- O Decreto nº 12.686/2025 apresenta linguagem ambígua e indefinida, permitindo interpretações divergentes que colocam em risco a oferta de serviços adequados às necessidades específicas de cada estudante;
- A ênfase na oferta de educação “preferencialmente em escolas comuns” pode ser interpretada como restrição ao acesso às escolas e centros especializados, como as APAEs e instituições coirmãs, que desempenham papel essencial no atendimento pedagógico e terapêutico de alunos com deficiências mais complexas;
- A ausência de mecanismos de financiamento claros e contínuos compromete a implementação efetiva da política, transferindo aos municípios responsabilidades sem os devidos recursos, o que pode agravar desigualdades regionais e prejudicar o atendimento inclusivo;
- O decreto não define indicadores objetivos de qualidade, monitoramento e avaliação, dificultando o controle social, a transparência e a responsabilização do poder público;

**Av. Guarulhos, 845 – Vila Vicentina - Guarulhos/SP – CEP: 07023-000 – PABX 11 2475-0200**

**[www.guarulhos.sp.leg.br](http://www.guarulhos.sp.leg.br)**



- A ausência de participação efetiva das famílias, associações e profissionais da área na elaboração e implementação da política demonstra falta de diálogo com quem vive a realidade da inclusão escolar, o que viola o princípio democrático e participativo previsto na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015);
- O referido decreto pode gerar insegurança jurídica ao criar normas que colidem ou enfraquecem direitos já consolidados na legislação federal, notadamente na LBI e nas diretrizes nacionais de educação especial vigente.

**Diante disso:**

Solicito os bons préstimos de vossa excelência para que sejam registrados e publicados nos órgãos de comunicação desta casa de Leis, por meio do mandato deste vereador, Welliton Bezerra, manifesta repúdio formal ao Decreto nº 12.686/2025, por representar risco concreto de retrocesso nas políticas públicas de inclusão, ameaçando a continuidade de serviços especializados, a valorização dos profissionais da educação especial e, principalmente, o direito das famílias de escolher a modalidade educacional mais adequada ao desenvolvimento de seus filhos.

Reafirmamos que a inclusão verdadeira não se constrói com decretos genéricos, mas com recursos, formação, diálogo e respeito à singularidade de cada ser humano. Defendemos uma educação inclusiva com qualidade, equidade e participação social, que una — e não exclua — escolas comuns e instituições especializadas.

Solicita-se que esta moção seja encaminhada ao Ministério da Educação, ao Governo do Estado de São Paulo, à Secretaria Municipal de Educação de Guarulhos, à Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, à Federação Nacional das APAEs e às entidades representativas das famílias e profissionais da área de educação especial.





**CÂMARA MUNICIPAL DE LINS**  
**Estado de São Paulo**



Lins, 04 de novembro de 2025

Ofício nº 242/25-SG

Excelentíssimo Senhor,

Temos a grata honra de nos dirigir a Vossa Excelência para informar que esta Câmara Municipal, durante a 36ª Sessão Ordinária, realizada em 03/11/25, aprovou o **Requerimento nº 208/25**, de autoria dos Senhores vereadores Wesley de Madureira e Canela que, solicitaram que uma cópia vos fosse encaminhada.

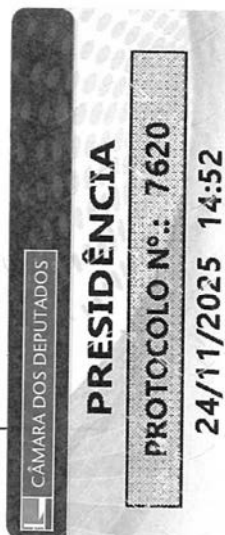
Sendo só o que nos cabe para o presente momento, subscrevemo-nos apresentando a Vossa Excelência nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

*Tutty Pereira*  
Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor deputado Federal Hugo Motta  
Presidente da Câmara dos Deputados  
**BRASÍLIA/DF**

AMZ



Secretaria-Geral da Mesa Sessão 25/Nov/2025 10:36  
4553  
Ass.:  
J. Pereira  
11/11/2025 10:36



**CÂMARA MUNICIPAL DE LINS**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**



APROVADO durante a 36<sup>a</sup> Sessão  
Ordinária, realizada em 03 / 11 / 25

*Tutty Pereira*  
Presidente

Encaminhado pelo Ofício nº 242/25-SG

REQUERIMENTO nº 208 /25

Senhor Presidente:

**CONSIDERANDO** a publicação do Decreto nº 12.686, de 20/10/2025, do Governo Federal, que institui a "Política Nacional de Educação Especial Inclusiva", com o objetivo de garantir o direito à educação de estudantes com deficiência em um sistema educacional inclusivo;

*W* **CONSIDERANDO** que o referido Decreto determina a inclusão desses estudantes na Rede Comum de Ensino, o que compromete a continuidade das escolas especializadas, como as APAE's, e outras entidades em todo o território nacional, onde tal cenário é muito preocupante, marcado por incertezas e riscos reais à atuação das nossas instituições, sendo fundamental a mobilização conjunta em defesa da Educação Especializada;

**CONSIDERANDO** os pontos principais, a saber: que o sistema educacional inclusivo deve garantir a matrícula de estudantes público-alvo da educação especial em classes e escolas comuns; definição, como diretriz, a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente em escolas comuns da Rede Regular; a necessidade de garantir o acesso, permanência, participação e aprendizagem dos estudantes em classes comuns; e que o AEE seja oferecido por Centros Especializados mantidos por instituições filantrópicas, como as APAE's, somente em caráter excepcional;

**CONSIDERANDO** que o Senador Flávio Arns, PODEMOS-PR, apresentou o Projeto de Decreto Legislativo nº 845/25, com o objetivo de anular os efeitos do Decreto nº 12.686, expressando repúdio e propondo sua sustação;

C.M. LINS-SP, P.E.: 02377-MZ 31/10/2025 16:15:48



# CÂMARA MUNICIPAL DE LINS

## ESTADO DE SÃO PAULO



**CONSIDERANDO** que os munícipes reivindicam o direito de seus filhos frequentarem uma escola que ofereça boa qualidade de ensino, atendimento personalizado e que tenha uma proposta político-pedagógica voltada ao direito à educação de estudantes com deficiência em um sistema educacional inclusivo, conforme abaixo assinado de pais que se colocam contrário ao Decreto nº 12.686, de 20/10/25, o qual anexamos.

Diante todo o exposto:

**REQUEREMOS**, nos termos regimentais, que constem, na Ata de nossos trabalhos, votos de apoio ao Projeto Decreto Legislativo nº 845/25, de autoria do senador Flávio Arns, sustando o Decreto nº 12.686, de 20/10/2025, do Governo Federal, que institui a "Política Nacional de Educação Especial Inclusiva", ao qual seu conteúdo fragiliza, na prática, a atuação das escolas especializadas, mesmo não possuindo, este Decreto, força de Lei, sendo esta mobilização fundamental para que possamos dar visibilidade, força e legitimidade a essa pauta tão urgente.

Requeremos, outrossim, que cópias desta propositura sejam enviadas ao Presidente da República, ao Ministro da Educação e aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, e bem como para a APAE de Lins, para que tomem conhecimento da justa manifestação desta Casa de Leis.

C.M. de Lins, 30 de outubro de 2025

Wesley de Madureira  
Vereador

Canela  
Vereador

TUTTY Nelson

JVNA/NMAGC



## ABAIXO ASSINADO

**CONSIDERANDO** o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, que tem como objetivo de garantir o direito à educação de estudantes com deficiência em um sistema educacional inclusivo;

**CONSIDERANDO** que o decreto acima citado determina a inclusão desses estudantes na rede comum de ensino;


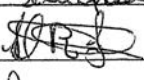

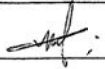


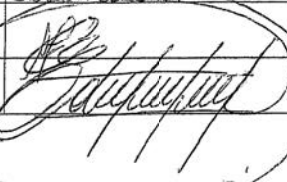
**CONSIDERANDO** que o Senador da República Flávio Arns apresentou Projeto de Decreto Legislativo nº 845, com o objetivo de anular os efeitos do Decreto 12.686, de 20/10/25, emitido pelo governo Federal;

Nós, pais desses alunos ABAIXO ASSINADO, damos nosso apoio ao Projeto de Decreto Legislativo nº 845, de autoria do Senador Flávio Arns.

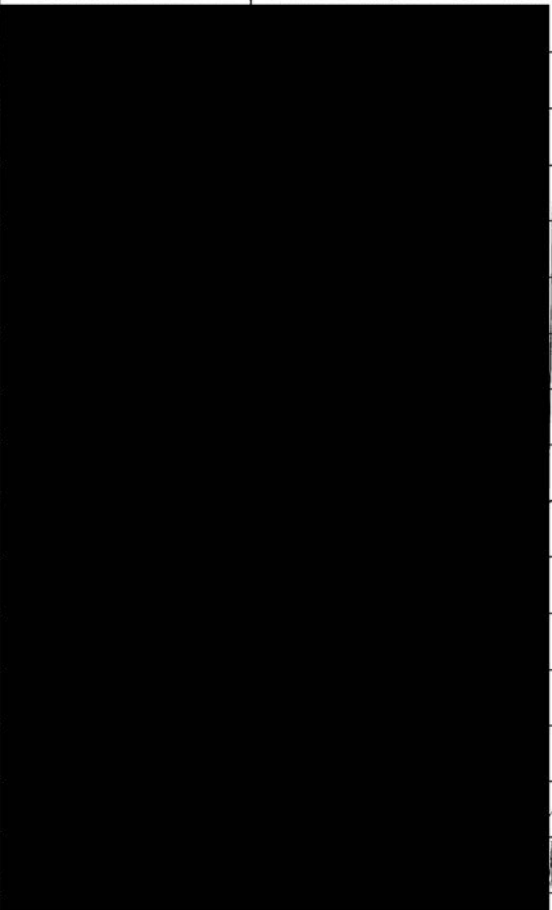
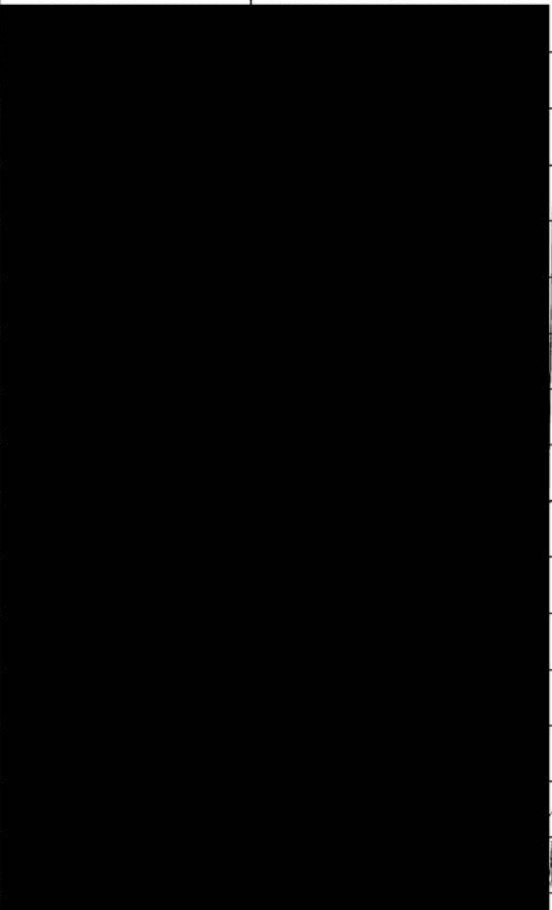

NOME	EDONE	DOCUMENTO	ASSINATURA
EDIMAR APARECIDO BONFIM	14		
Alexmir Buebia	14		
Heitor Cesar Amicucci	14		
Thone de Oliveira Pomb	14		
Kelvin Cristiano Sales Santos	14		
Regina Zilda	14		
Carlos Alberto Martinez	14		
Emerson José Sello	14		
Juliane Gilme Selve	14		

NOME	END	DOCUMENTO	ASSINATURA
Leandro de Siqueira			Leandro
Elcio Moreira da SS			Elcio 955
Wagner Moreira Gomes (V. Hama)			Wagner
Elaine Simões da Silva			Elaine S. Silva
Lucia Melina Tardem Santos			Lucia
Alessandra Patricia Alves			Alessandra
Roseli de Assis da Silva			Roseli da Silva
Felipe Carlos Serrano Cabral			Felipe Carlos S. Cabral
Roseli Cyntia S. C. Taj			Roseli Cyntia S. C. Taj
Angela R. Sobal			Angela
Jaice de Cassia D. Vitorino			Jaice
Eduardo da Silva Carvalho			Eduardo
Carla de Oliveira Figueira			Carla de Oliveira
Edna e Ralinda Maria			Edna e R. P.
Ideli Rosane Castro Silva LEARDINI			Ideli Rosane
Kelvin Cristiano Soares Santos			Kelvin Cristiano



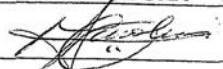
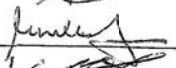







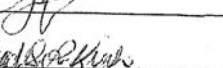




NOME	FONE	DOCUMENTO	ASSINATURA
Rosirânia Alves Feitosa			Rosirânia A. F.
elson Belo da Silva			
Yasnei Silva Campaio			Yasnei S. Campaio
Aluis Roberto Diniz			
Francieli Maria Moreira Gabino dos Santos			Francieli M. Gabino
Marica Lima de Jesus			
Esmeralda Regina Fraga			Esmeralda R. Fraga
Patricia Lúcia de Mattos			Patricia L. de Mattos
Anna Laura de Souza Litas			Anna Laura Litas
Maurício de Jesus Cyríaco de Oliveira			
Kelena M <sup>te</sup> Liane Ferreira			
Geniane de Costa Amaral			Geniane Amaral
Rafaela Braga Borges			
Giovana GABRIELI Amaral de Oliveira			Giovana OLIVEIRA
Amaj Laura Lúcia Neresha			
Eduardo Lopes			

NOME	FONE	DOCUMENTO	ASSINATURA
Georgina Martins da Silva			Georgina Martins
Mateus da Silva Paes			Mateus Paes
Fernanda Lima Mattos			Fernanda
Rosmary da Silva Machado			Rosmary
Bassiano dos Reis			Bassiano
Elaine Cristina Mendes			Elaine
Simone D. Paes			Simone
Elvira Leao de A. Caldas			Elvira
Vaniani Furendy Xavier			Vaniani
Reynold de S. Silva			Reynold
Altair Francielli Lopez			Altair
Georgina Martins			Georgina
GEOVANE SANTOS			Geovane
Alex Gerardo da Silva			Alex
Maryke A. D. M. M. M.			Maryke
Leandro da Silva			Leandro

NOME	FONE	DOCUMENTO	ASSINATURA
DJALMA MUNIZ			
Georgine Corriel da Silva			Georgine
Em Rte. B. 05			
HERMANN R. N. MATTOS			Djalmá Muniz
Esse Flávia Faria de Brito			Esse Flávia F. de B.
Flávia Natália de Brito			Flávia Natália de Brito
Robson Faria de Brito			Robson Faria de Brito
Marcia Aparecida Pereira da Silva			Marcia
Marcia Fátima da Silva			Marcia Fátima da Silva
Amândeo Martin Gomes da Silva			Amândeo
Camila Alencar da Silva			Camila
Eda Lúcia Ce.			Eda
Matheus Gomes de Souza			Matheus B.
Maíra Leiza F. Rossi			Maíra
Marinês Soares de Souza			Marinês Soares
Andréia Aparecida Sales Figueira			Andréia Sales Figueira

NOME	FONE	DOCUMENTO	ASSINATURA
Mara Julia Cuppari			Mara Julia
Silvén de Jesus Paiva			Silvén Paiva
Admiral Alus de Jbe			Alus
Francielli Aparecida Palatini de S. Filho			Francielli
Carolina Rocha de Carvalho			Carolina
João Carolina Perreault			João
Luís Carlos Manoel de Almeida			Luís
Maria Aparecida O. Onofre			Maria
Bruna Dias Correia			Bruna Dias Correia
Genésio Carlos de Lima Silva Liquez			Genésio
Damian Manayara Tasso dos Santos			Damian M Tasso
Simão Carlos da Silva			Simão
Luís Viana de Andrade			Luís Viana
Geovanderson de Almeida Rodrigues			Geovanderson
Ugo da Costa Pereira			Ugo
Nilson Ribeiro Junior			Nilson

NOME	FONE	DOCUMENTO	ASSINATURA
Andréia Cip. Sales Figueira			Andréia Cip. Sales Figueira
Sabrina Fernandes Cardoso			Sabrina Fernandes Cardoso
Isis Ruiz Fajardo Junior			Isis Ruiz Fajardo Junior
Isis Ruiz Fajardo Junior			Isis Ruiz Fajardo Junior
Marcos Soares de Sousa			Marcos Soares de Sousa
Ymário Gomes de Sousa & Silva			Ymário Gomes de Sousa & Silva
Elana Rosa de A. Cabral			Elana Rosa de A. Cabral
Cleia M. S. S.			Cleia M. S. S.
Francielli Aparecida Rabatini de S. Filho			Francielli Aparecida Rabatini de S. Filho
Lenice Conceição Fajardo Araújo			Lenice Conceição Fajardo Araújo
Sandra Regina Fajardo			Sandra Regina Fajardo
Ysabel R. Ruiz			Ysabel R. Ruiz
Helena M. L. S. S. Seneira			Helena M. L. S. S. Seneira
Eduardo Lopes			Eduardo Lopes
Leda Antunes Garcia			Leda Antunes Garcia
Marcelo Antunes Garcia			Marcelo Antunes Garcia

NOME	FONE	DOCUMENTO	ASSINATURA
Carolina Rocha de Carvalho			
Junilla Zifano Rocha			
Jonandir do Carmo			
Michael Luis de Paula Costa			
Fabiana Mota			
Marcia Suli A. de Oliveira			
Eduardo Oliveira			
Jana Carolina Bernardo			
Vitor Moreira de Souza			
Maris Luiza Ferreira Rosier			
Silvana de Jesus de Almeida			
Branka de Souza Antunes Kisch			
Sonivaldo Samir Campos			
Relei de Almeida da Silva			
Luiz dos Santos dos Santos			
Eraldo			

[illegible]

[illegible]





# Câmara Municipal de Cianorte

ESTADO DO PARANÁ

Of. 450/2025

Cianorte, 4 de novembro de 2025.

Exmo. Sr.

**HUGO MOTA**

Presidente da Câmara dos Deputados

Praça dos Três Poderes

BRASÍLIA-DF

Senhor Presidente,

Com o devido acatamento e respeito, encaminhamos a Vossa Excelência a Moção nº 005/2025 desta Casa de Leis.

Na oportunidade, renovamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

VICTOR HUGO DAVANÇO  
PRESIDENTE

Secretaria-Geral de Mesa  
Ass.:  
4553  
Ass.:  
11/11/2025 10:36  
Origem:  
Fiel

CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PRESIDÊNCIA**

**PROTOCOLO Nº.: 7619**

**24/11/2025 14:52**



# Câmara Municipal de Cianorte

ESTADO DO PARANÁ

## MOÇÃO Nº 005/2025

Senhor Presidente,

Os Vereadores que esta subscrevem, atendendo preceitos regimentais, requerem de Vossa Excelência, o envio de cópia da presente **MOÇÃO DE REPÚDIO** ao **Excelentíssimo Senhor Presidente da República**, ao **Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação**, ao **Supremo Tribunal Federal**, ao **Conselho Nacional de Educação**, ao **Senhor Prefeito Municipal de Cianorte**, à **Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP)**, à **Presidência da Câmara dos Deputados**, à **Presidência do Senado Federal**, e à **Direção da APAE de Cianorte**, manifestando-se em defesa intransigente da Educação Especial e pela garantia da sobrevivência e continuidade das escolas especializadas.

### Justificativa:

### Considerando:

1. Que o Governo Federal publicou, em 20 de outubro de 2025, o Decreto nº 12.686, que institui a **Política Nacional de Educação Especial Inclusiva**, sob o pretexto de consolidar um sistema educacional inclusivo em todo o país;
2. Que o ideal da **educação inclusiva** é uma conquista histórica e deve ser preservado, mas o referido **Decreto nº 12.686/2025**, em sua redação atual, representa um **grave retrocesso** e uma **ameaça real** aos direitos consolidados das pessoas com deficiência, contrariando a **Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência** e a **Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015)**;
3. Que o movimento das **APAE's** e demais instituições especializadas desempenha, há mais de sete décadas, um papel **insubstituível** na promoção dos direitos, acolhimento e desenvolvimento de pessoas com deficiência, sendo um **patrimônio social** que o poder público deve proteger e fortalecer, e não enfraquecer;





# Câmara Municipal de Cianorte

ESTADO DO PARANÁ

4. Que o novo decreto, apesar de sua retórica, impõe **riscos concretos** à continuidade dos serviços prestados por essas entidades, especialmente por:
  - a) Ameaçar diretamente a **sobrevivência das Escolas de Educação Especializadas**, ao restringir a interpretação do termo “preferencialmente em classes comuns”, o que pode significar o **fim do modelo especializado**;
  - b) Criar **insegurança jurídica e financeira**, dificultando a celebração e renovação de Termos de Parceria com o poder público;
  - c) **Violar o direito de escolha das famílias** e das próprias pessoas com deficiência quanto ao modelo educacional mais adequado;
  - d) **Desconsiderar a complexidade** da educação especial, ao não prever mecanismos de transição, formação adequada e financiamento sustentável;
5. Que a **imposição unilateral** de uma política de tamanha magnitude, sem diálogo com as instituições especializadas, fere os **princípios democráticos** e desrespeita décadas de conhecimento e experiência acumulados pelas entidades.

Diante do exposto, a Câmara Municipal de Cianorte, no uso de suas atribuições legais e regimentais, manifesta-se publicamente:

1. **REPUDIANDO VEEMENTEMENTE** o Decreto Federal nº 12.686/2025, por considerá-lo **prejudicial, excludente e uma ameaça direta** à rede de proteção e educação construída ao longo de décadas pelas **APAE's** e instituições congêneres;
2. **EXORTANDO** o Governo Federal a **REVOGAR IMEDIATAMENTE** o referido decreto, a fim de abrir espaço para uma **construção democrática e participativa** de uma política de inclusão efetiva e justa;
3. **DECLARANDO APOIO INCONDICIONAL E IRRESTRITO** à **APAE de Cianorte**, às demais APAE's, **Pestalozzis** e instituições mantenedoras de Escolas de Educação Especializadas, reafirmando o **reconhecimento e a confiança** do povo cianortense no trabalho ético, técnico e humanizado dessas entidades;
4. Em **DEFESA INTRANSIGENTE** do **direito de escolha das famílias** e do **respeito à autonomia pedagógica** das instituições especializadas, reconhecendo que diferentes modelos de ensino **podem e devem coexistir** para atender à diversidade humana;
5. Pela **URGÊNCIA** de que, após a revogação do decreto, seja instituído um **amplo e democrático debate nacional**, com participação efetiva do **Ministério da**



# Câmara Municipal de Cianorte

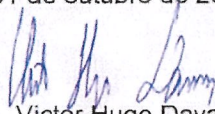
ESTADO DO PARANÁ

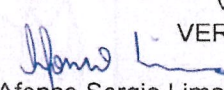
Educação, Conselho Nacional de Educação, Federações das APAE's e sociedade civil, visando a construção de uma política que verdadeiramente fortaleça a Educação Especial, com foco em:


- a) **Garantia orçamentária** e regras de transição justas;
- b) **Formação continuada** e valorização dos profissionais;
- c) **Monitoramento participativo e transparente** de resultados;
- d) **Sustentabilidade financeira** e valorização das redes especializadas.

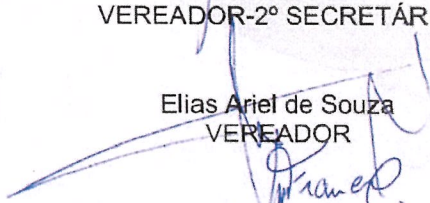
Assim, a Câmara Municipal de Cianorte reafirma que “a verdadeira inclusão se constrói com respeito, diálogo e parceria entre todos os que acreditam no poder transformador da Educação.”

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2025.

  
Victor Hugo Davanço  
VEREADOR-PRESIDENTE

  
Afonso Sergio Lima  
VEREADOR-VICE-PRESIDENTE

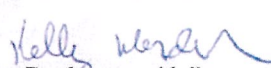
  
Beto Nabhan  
VEREADOR-2º SECRETÁRIO

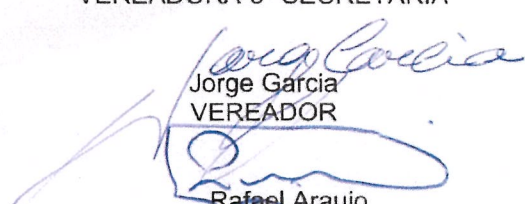
  
Elias Ariel de Souza  
VEREADOR

  
Marisa Franco  
VEREADORA

  
Robson Fagundes de Souza  
VEREADOR


  
Rodrigo Aparecido Rezende  
VEREADOR-1º SECRETÁRIO

  
Professora Kelly  
VEREADORA-3ª SECRETÁRIA

  
Jorge Garcia  
VEREADOR

  
Rafael Araujo  
VEREADOR

  
Thiago Fontes  
VEREADOR

  
LIDO NO EXPEDIENTE  
03 NOV. 2025

  
**APROVADO**

03 NOV. 2025





# CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ 51.347.482/0001-91

Edifício José dos Santos Fonseca – Rua 28 de Outubro, 466

PABX/Fax: (17) 3542-1225 / 3542-1275 / 3542-6179 – CEP 14960-060 – Novo Horizonte – SP

E-mail: [camara@camaranh.sp.gov.br](mailto:camara@camaranh.sp.gov.br) – Site: [www.camaranh.sp.gov.br](http://www.camaranh.sp.gov.br)

**Ofício nº 668/25**

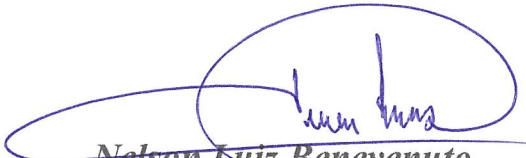
Novo Horizonte, 06 de novembro de 2025.

Prezado Senhor:

Vimos, através deste, encaminhar a Vossa Excelência cópia do Requerimento nº. 1096, de minha autoria e moção 97, do Ver. Amilcar Raphe, aprovados na sessão ordinária 03 de novembro de 2025.

Na oportunidade, renovamos os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**Nelson Luiz Benevenuto**  
**Presidente**

Exmo. Sr.

**Hugo Motta**

MD Presidente da Câmara dos Deputados

Palácio do Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Praça dos Três Poderes  
70.160-900 Brasília/DF





# CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ 51.347.482/0001-91

Edifício José dos Santos Fonseca – Rua 28 de Outubro, 466

PABX/Fax: (17) 3542-1225 / 3542-1275 / 3542-6179 – CEP 14.960-060 – Novo Horizonte – SP

E-mail: [camara@camaranh.sp.gov.br](mailto:camara@camaranh.sp.gov.br) – Site: [www.camaranh.sp.gov.br](http://www.camaranh.sp.gov.br)



## *Requerimento Nº 1096/2025*

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, na forma regimental e após ouvido o douto Plenário, que seja oficiado ao Exmo. Sr Hugo Motta, DD. Presidente da Câmara dos Deputados, solicitando o empenho institucional e político para a imediata revogação do Decreto Federal nº 12.686/2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.

O referido decreto, publicado em 20 de outubro de 2025, representa um grave retrocesso às conquistas históricas da educação inclusiva no Brasil, ao ameaçar a continuidade dos serviços prestados pelas instituições especializadas, como as APAEs, Pestalozzis e entidades coirmãs. A medida compromete o direito de escolha das famílias, precariza o atendimento às pessoas com deficiência e desconsidera décadas de experiência acumulada por profissionais e instituições que atuam com excelência na área.

Diante disso, solicitamos o apoio e o posicionamento firme de Vossa Excelência em defesa da revogação imediata do decreto, bem como da abertura de um processo democrático de construção de políticas públicas que respeitem a diversidade, a autonomia pedagógica e a dignidade das pessoas com deficiência.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2025.

**NELSON LUIZ BENEVENUTO**  
*Vereador*

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PARA VERIFICAR O DOCUMENTO CONSULTE O LINK COM A CHAVE DO ARQUIVO: 4Y0V-60T3-3X28-B4DA  
<https://novo Horizonte.siscam.com.br/documentos/autenticar>



# CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ 51.347.482/0001-91

Edifício José dos Santos Fonseca – Rua 28 de Outubro, 466

PABX/Fax: (17) 3542-1225 / 3542-1275 / 3542-6179 – CEP 14.960-060 – Novo Horizonte – SP

E-mail: [camara@camaranh.sp.gov.br](mailto:camara@camaranh.sp.gov.br) – Site: [www.camaranh.sp.gov.br](http://www.camaranh.sp.gov.br)



## Moção Nº 97/2025

Sr. Presidente,

Apresento à Mesa, na forma regimental e após ouvido o douto Plenário, Moção de Repúdio ao Decreto Federal Nº 12.686/2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.

O referido decreto, publicado em 20 de outubro de 2025, sob o pretexto de consolidar um sistema educacional inclusivo, representa um grave retrocesso às conquistas históricas da educação inclusiva no Brasil. Em sua redação atual, ameaça direitos já consolidados das pessoas com deficiência, contrariando os princípios da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

A medida impõe riscos à continuidade dos serviços prestados por instituições especializadas como as APAEs, Pestalozzis e entidades coirmãs, que há mais de sete décadas desempenham papel essencial na promoção de direitos, acolhimento e inclusão. Ao restringir a interpretação do termo “preferencialmente em classes comuns”, o decreto compromete a existência das Escolas de Educação Especializadas, ignora o direito de escolha das famílias e precariza o atendimento ao não prever mecanismos de transição, financiamento adequado e formação profissional robusta.

Além disso, ao ser elaborado sem diálogo com as instituições que são a espinha dorsal da educação especial no país, fere os princípios democráticos e desconsidera décadas de experiência acumulada e serviço prestado à sociedade.

Diante disso, esta Casa Legislativa:

1. **Repudia veementemente** o Decreto Federal nº 12.686/2025, por considerá-lo prejudicial, excludente e uma ameaça direta à rede de proteção e educação construída ao longo de décadas pelas APAEs e instituições especializadas;
2. **Exorta o Governo Federal à imediata revogação** do referido decreto, abrindo caminho para a construção democrática de uma política de inclusão que respeite a diversidade e os direitos das pessoas com deficiência;
3. **Declara apoio incondicional** às instituições especializadas, reafirmando a confiança da população no trabalho ético, técnico e humanizador que realizam;
4. **Defende o direito de escolha das famílias** e a autonomia pedagógica das instituições, reconhecendo que diferentes modelos de ensino devem coexistir para atender à diversidade humana;
5. **Reivindica a abertura urgente de um debate nacional**, com participação efetiva do Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Federações das APAEs e sociedade civil, para a construção de uma política pública que fortaleça a educação especial, com foco em:





# CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ 51.347.482/0001-91

Edifício José dos Santos Fonseca – Rua 28 de Outubro, 466

PABX/Fax: (17) 3542-1225 / 3542-1275 / 3542-6179 – CEP 14.960-060 – Novo Horizonte – SP

E-mail: [camara@camaranh.sp.gov.br](mailto:camara@camaranh.sp.gov.br) – Site: [www.camaranh.sp.gov.br](http://www.camaranh.sp.gov.br)



## Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Novo Horizonte. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://novohorizonte.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=T729CF0CHNTDK544>, ou vá até o site <https://novohorizonte.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: T729-CF0C-HNTD-K544



**AMILCAR RAPHE**

Vereador - 1º Secretário

Assinado em 31/10/2025, às 09:43:06

**ALAN COSME APARECIDO**

**OLIVEIRA**

Vereador

**ALEXANDRE DINIZ MIRON**

Vereador - Vice-Presidente

Assinado em 04/11/2025, às 12:34:45

**ANTONIO DEJAIRE DA SILVA**

Vereador

Assinado em 04/11/2025, às 12:35:04

**CARLOS HENRIQUE MENDONÇA**

Vereador

Assinado em 04/11/2025, às 12:35:18

**CLAUDENIR RIGAMONTI**

Vereador

Assinado em 04/11/2025, às 12:35:30

**JOSE CARLOS FERREIRA**

Vereador

Assinado em 04/11/2025, às 12:35:44

**JOSE RICARDO CARRARA**

**PORTES**

Vereador - 2º Secretário

**JOSE RONALDO RAIMUNDO DA**

**SILVA**

Vereador

**LEANDRO JOSE NACIMBINI**

Vereador

Assinado em 04/11/2025, às 12:36:25

**NELSON LUIZ BENEVENUTO**

Vereador - Presidente

Assinado em 04/11/2025, às 12:36:37

**SONIA MARIA PASIANI CANATO**

Vereador

Assinado em 04/11/2025, às 12:36:50

**VASCONCELO DELBONI FILHO**

Vereador

Assinado em 04/11/2025, às 12:37:05

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PARA VERIFICAR O LINK COM A CHAVE DO ARQUIVO: T729-CF0C-HNTD-K544  
https://novohorizonte.siscam.com.br/documentos/autenticar



Câmara Municipal da Estância Turística de Batatais  
ESTADO DE SÃO PAULO

OFÍCIO Nº 1027/2025

Batatais, 13 de novembro de 2025.

Senhor Presidente,

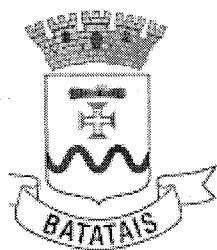
Tenho a elevada honra de, com o presente dirigir-me à vossa presença com a finalidade de encaminhar a Vossa Excelência, extensivo aos Líderes de Bancada da Casa, fotocópia da MOÇÃO Nº 53/2025, de autoria da Vereadora **MARCELA GASPAR**, aprovada no dia quatro próximo passado, em Sessão Ordinária, nos termos regimentais.

Atenciosamente,

**EDUARDO HENRIQUE RICCI**  
Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Hugo Motta  
Presidente da Câmara dos Deputados  
Brasília-DF

Proposição / Referência
<b>MOÇÃO N.º 053/2025</b> Manifesta Apelo ao Presidente da República Federativa do Brasil e ao Congresso Nacional, no sentido de determinar esforços para revogar o Decreto nº 12.686/2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. <b>Autoria:</b> Marcela Gaspar



# CÂMARA MUNICIPAL DE BATATAIS/SP

De segunda a sexta-feira  
Das 09:00 às 17:30  
(16) 3761-2514

[A Câmara](#) | [Vereadores](#) | [Atividades Legislativas](#) | [Comunicação](#) | [Transparência](#) | [Atendimento](#) | [Pesquisa](#)

## Assinatura Digital - Verificador de Autenticidade

Informe a chave impressa na lateral das páginas do seu documento ou faça upload do arquivo (.pdf) assinado digitalmente para verificar a autenticidade do processo de assinatura digital.

Chave de Verificação:

Arquivo (.pdf):

Escolher arquivo

Nenh...colhido

Verificar Autenticidade

Este serviço atesta o Horário de Brasília exato em tempo real e foi disponibilizado para lhe proporcionar maior transparência. Todos os documentos assinados digitalmente em nosso sistema estão em sincronia com este horário.

Horário de Brasília

17:19:18

Quarta, 10 de dezembro de 2025



Matérias em Tramição

Pautas

TV Câmara

Diário Oficial

Licitações

Banco de Idéias

PAUTAS - SESSÕES ORDINÁRIA 2025



Acessar Webmail

LEIS MUNICIPAIS

BANCO IDEIAS  
LEGISLATIVAS

POVO

O cidadão tem voz na Câmara!

Veja aqui como participar.



Concurso

Para melhorar a sua experiência na plataforma e prover serviços personalizados de acordo com suas preferências, utilizamos cookies. Ao aceitá-los, você terá acesso a todas as funcionalidades do portal. Se clicar em "Rejeitar Cookies", os cookies que não forem estritamente necessários serão desativados. Saiba mais em nossa Política de Privacidade.

REJEITAR  
COOKIES

ACEITAR  
COOKIES



## Câmara Municipal da Estância Turística de Batatais

ESTADO DE SÃO PAULO

### MOÇÃO N.º 053/2025

Manifesta Apelo ao Presidente da República Federativa do Brasil e ao Congresso Nacional, no sentido de determinar esforços para revogar o Decreto nº 12.686/2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.

**Considerando** que o Governo Federal publicou, em 20 de outubro de 2025, o Decreto nº 12.686, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, sob o pretexto de consolidar um sistema educacional inclusivo;

**Considerando** que a educação inclusiva é uma conquista histórica, mas o mencionado Decreto, em sua redação atual, representa um grave retrocesso e uma ameaça real aos direitos já consolidados das pessoas com deficiência, contrariando o espírito da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e da Lei Brasileira de Inclusão;

**Considerando** que, apesar da ementa do Decreto tratar apenas da Política e Rede Nacional de Educação Inclusiva, o seu conteúdo promove alterações na Organização e na Oferta do Atendimento Educacional Especializado, em detrimento da escolarização que é ofertada por Escolas de Educação Especial, na Modalidade de Educação Básica, mantidas por Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, em prejuízo de pessoas com deficiência intelectual e múltipla associada;

**Considerando** que o movimento das APAE's e demais instituições especializadas desempenha, há mais de sete décadas, um papel insubstituível na promoção de direitos, acolhimento e inclusão, representando um legado histórico de cuidado e excelência que o poder público tem o dever de proteger e fortalecer, e não de enfraquecer;

**Considerando** que o novo Decreto, sob uma nobre retórica, impõe graves e inaceitáveis ameaças à continuidade dos serviços essenciais prestados por essas entidades, especialmente por:

- a) ameaçar diretamente a sobrevivência das Escolas de Educação Especializadas com a interpretação restritiva do termo "preferencialmente em classes comuns", que na prática pode significar o fim do modelo especializado;
- b) criar um vácuo jurídico e financeiro que inviabiliza a renovação dos Termos de Parceria, colocando gestores públicos sob o risco de cometerem improbidade administrativa caso mantenham o apoio a essas instituições vitais;
- c) violar o direito fundamental de escolha das famílias e das próprias pessoas com deficiência sobre o modelo educacional que melhor atende às suas necessidades e potencialidades;





## Câmara Municipal da Estância Turística de Batatais

ESTADO DE SÃO PAULO

d) desconsiderar a complexidade da educação especial, ao não prever mecanismos de transição, financiamento adequado e a formação robusta de profissionais, precarizando o atendimento a quem mais precisa;

**Considerando** que a imposição unilateral de uma política de tamanha magnitude, sem o devido diálogo com as instituições que são a espinha dorsal da educação especial no Brasil, fere os princípios democráticos e desrespeita décadas de conhecimento acumulado e serviço prestado à sociedade;

**Considerando** que Decreto enfraquece o trabalho de instituições como as APAE's (Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais), que há décadas garantem acolhimento, formação e desenvolvimento a pessoas com deficiência em todo o País;

**Considerando** o direito de escolha das famílias e do respeito à autonomia pedagógica das instituições que prestam serviços de excelência, reconhecendo que diferentes modelos de ensino podem e devem coexistir para atender à diversidade humana;

**Considerando** que o referido Decreto desestrutura o sistema de suporte técnico e financeiro destinado às entidades especializadas, como as APAE's que, há décadas, desempenham papel essencial na educação, reabilitação e inclusão social de milhares de brasileiros;

**Considerando** que enfraquecer essas instituições é desamparar famílias inteiras que delas dependem, pois a norma em questão ainda fere o direito de escolha das famílias, assegurado pela Constituição Federal, ao tentar impor um modelo único de ensino, ignorando que a verdadeira inclusão se constrói respeitando as necessidades individuais de cada aluno;

**Considerando**, assim, que quem deve dizer o que é mais propício e benéfico é a própria pessoa com deficiência e a sua família, cujas vozes não estão sendo ouvidas, mas que possuem assegurado o direito de opção pela forma como seu filho será educado, como acontece para o filho sem deficiência;

**Considerando** que a falta de consulta ampla com a sociedade civil e com os gestores estaduais e municipais torna o processo menos democrático e menos adaptado às realidades locais;

**Considerando**, desta forma, que o Decreto pode gerar insegurança jurídica e operacional para as escolas, as entidades de apoio e as famílias, demandando ajustes de estrutura, recurso humano e financiamento;

**Considerando**, então, que este Decreto deve ser revogado e, após, ser instituído um amplo e democrático debate, por meio de uma mesa de diálogo federativo com participação efetiva do Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Federações das APAE's e sociedade civil, para construir uma política que, de fato, fortaleça a educação especial.



## **Câmara Municipal da Estância Turística de Batatais**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

Diante de todo o exposto, apresentamos esta Moção de Apelo ao Presidente da República Federativa do Brasil e ao Congresso Nacional, no sentido de determinar esforços para revogar o Decreto nº 12.686/2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.

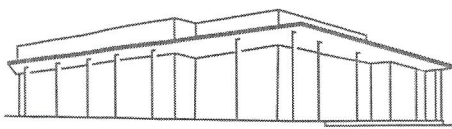
Para tanto, requeiro, então, que aprovada a presente proposição, seja oficiado ao Presidente da República, bem como aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, extensivo aos Líderes de Bancada destas Casas e ao MEC – Ministério da Educação, solicitando todo empenho no sentido de revogar com a urgência que se faz necessária o mencionado Decreto.

Requeiro, também, que seja dada ciência desta proposição à APAE Batatais.

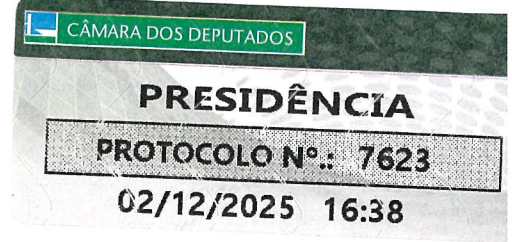
**SALA DAS SESSÕES**  
**“DR. ALTINO ARANTES”,**  
**EM 30 DE OUTUBRO DE 2025.**

**MARCELA GASPAR**  
**VEREADORA**





# CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO



Of.: 1198/2025/GAB/SEC

Curvelo(MG), 05 de novembro de 2025

Assunto: Moção de Rejeição

Senhor Presidente,

Externando cordiais cumprimentos, levamos ao seu conhecimento que por proposição da Vereadora Dra. Sandra Maria Diniz Lopes, a Câmara Municipal de Curvelo, em reunião ordinária realizada aos três dias do mês em curso, aprovou por unanimidade, fazendo consignar em seus anais, moção nº 1556/2025, de Rejeição ao Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a nova Política Nacional de Educação Especial Inclusiva.

É importante destacar que a matéria revoga direitos conquistados com muita luta, ignora a diversidade das necessidades educacionais e impõe uma visão única de inclusão que não contempla a realidade de milhares de estudantes e suas famílias, priorizando a inclusão em classes comuns da rede regular, ignorando a diversidade de necessidades entre os alunos com deficiência, o que pode acarretar o fechamento de instituições especializadas, como as APAEs, que desempenham um papel vital na educação de pessoas com deficiências múltiplas e necessidades complexas.

Não poderia deixar de salientar que o Decreto 12.686/2025 ameaça o direito das famílias de escolher o modelo educacional mais adequado para seus filhos, a continuidade de escolas que oferecem recursos, profissionais e metodologias específicas para alunos com necessidades complexas, a segurança e o bem-estar de estudantes que poderão não encontrar suporte adequado em escolas comuns.

Segue acostada cópia xerográfica da citada moção, onde solicitamos aos envolvidos que reconsiderem os termos do Decreto nº 12.686/2025, promovendo uma política educacional inclusiva que respeite a pluralidade de trajetórias, necessidades e direitos das pessoas com deficiência e suas famílias.

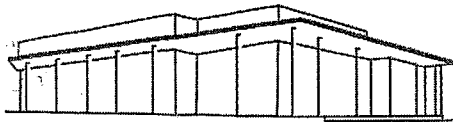
**Danilo Santos Xavier Guimarães**  
**Vereador Presidente**

Exmo. Senhor  
Deputado Hugo Mota  
Presidente da Câmara dos Deputados  
Edifício Principal, Pavimento Superior, Ala E,  
70160-900 - Brasília/DF



Assinado Eletronicamente por Danilo Santos Xavier Guimarães - Vereador Presidente, CPF 093.\*\*\*.\*\*\* em  
06/11/2025 10:02:38 - Código de autenticidade: 8f15abeb-4d1d-4a57-8bea-889b79cd2245

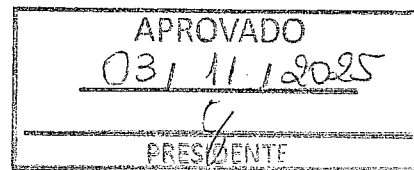
Secretaria-Geral da Mesa SERMO 09/12/2025 09:02  
Pantuf 4553 Manuete Fries



# CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

## Moção

Nº 1556/2025



Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Curvelo

Apresento a Mesa Diretora, ouvido o plenário e dispensadas as demais formalidades regimentais, a seguinte moção:

Como cidadã comprometida com a educação pública de qualidade, com os direitos das pessoas com deficiência e com a valorização da diversidade humana, manifesto minha rejeição ao Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a nova Política Nacional de Educação Especial Inclusiva.

Ele revoga direitos conquistados com muita luta, ignora a diversidade das necessidades educacionais e impõe uma visão única de inclusão que não contempla a realidade de milhares de estudantes e suas famílias.

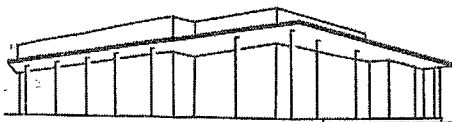
O decreto prioriza a inclusão em classes comuns da rede regular, ignorando a diversidade de necessidades entre os alunos com deficiência. Isso pode levar ao fechamento de instituições especializadas, como as APAEs, que desempenham um papel vital na educação de pessoas com deficiências múltiplas e necessidades complexas. Essas instituições oferecem atendimento personalizado, com foco no desenvolvimento integral e na autonomia dos alunos.

Essa medida ameaça o direito das famílias de escolher o modelo educacional mais adequado para seus filhos; a continuidade de escolas que oferecem recursos, profissionais e metodologias específicas para alunos com necessidades complexas; a segurança e o bem-estar de estudantes que podem não encontrar suporte adequado em escolas comuns.

Defendemos a autonomia das famílias na escolha do tipo de ensino mais adequado para seus filhos, bem como:

- Respeito à diversidade de necessidades dos alunos com deficiência;
- Diálogo com entidades representativas das pessoas com deficiência e suas famílias para aprimorar a política de educação especial inclusiva.
- Manutenção das escolas especializadas, como as APAEs, como opção válida para a educação de pessoas com deficiência.

Acreditamos que as escolas especializadas, como as APAEs, são essenciais para garantir o direito à educação de qualidade para todos.



# CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Além disso, essas instituições não "segregam" de forma negativa, mas atendem à diversidade de necessidades de forma especializada.

Diante disso, encaminho esta manifestação ao Ministério da Educação, à Câmara dos Deputados e ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, solicitando que reconsiderem os termos do Decreto nº 12.686/2025 e promovam uma política educacional inclusiva que respeite a pluralidade de trajetórias, necessidades e direitos das pessoas com deficiência e suas famílias.

Sala de Reuniões, 03 de novembro de 2025

Sandra Maria Diniz Lopes  
Vereadora



Assinado Eletronicamente por Sandra Maria Diniz Lopes - Vereadora, CPF 291.\*\*\*.\*\*\* em 04/11/2025  
09:36:39 - Código de autenticidade: b7dfd603-4381-4442-ad7f-966bebc45b89



## Informação de validação

Código de validação: 167-002-966

Moção 1556/2025, protocolada: 04/11/2025 09:34:38, por Miriam Duarte Machado Gonzaga da Silva, assinada eletronicamente com fundamento na Lei nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.

Para validar a autenticidade do documento, acesse: (<https://www2.cmcurvelo.mg.gov.br/validardocumento>)

Rua Guimarães Rosa, 680 - Bela Vista - Curvelo - MG - CEP: 35796-180

Acessibilidade: Rua Antônio Xavier Guimarães, 60 - Bela Vista - Curvelo - MG

(38) 9 8422.6414 | (38) 3721.2955 - [camara@cmcurvelo.mg.gov.br](mailto:camara@cmcurvelo.mg.gov.br) | [www.cmcurvelo.mg.gov.br](http://www.cmcurvelo.mg.gov.br) | @camaracurvelo